

HISTÓRIA DAS PESSOAS SURDAS: da Exclusão à Política Educacional Brasileira Atual

Elisa Tomoe Moriya Schlünzen
Licenciada em Matemática, Doutora em Educação, Coordenadora da Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor), Docente do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp/Presidente Prudente

Laís dos Santos Di Benedetto
Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Especialista em Língua Brasileira de Sinais – Libras, Pós-Graduada em Libras, Colaboradora no curso de Libras à Distância - Unesp

Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos
Licenciada em Pedagogia, Mestrado em Educação (Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação), Doutoranda em Educação, Professora Universitária, Colaboradora no curso de Libras à Distância - Unesp

1 No mundo

De acordo com a literatura atual, existem poucos documentos que registram a história das Pessoas Surdas (PS's) na Antiguidade. Dos poucos registros existentes sobre essa fase da história dessas pessoas, podemos observar que existiram muitos obstáculos com relação ao seu reconhecimento enquanto seres humanos.

No século XII (Idade Antiga), as PS's não eram consideradas seres pensantes, uma vez que a capacidade de raciocínio era diretamente ligada à fala. Logo, elas eram consideradas incapazes de pensar, sendo comparadas a seres parecidos com os animais irracionais.

A situação das PS's começou a melhorar a partir do Século XV (aproximadamente no fim da idade média), pois foi nessa época que começaram a surgir pesquisas as quais serão mencionadas a seguir, a respeito da surdez. As famílias nobres que tinham herdeiros surdos tinham interesse em compreendê-los e integrá-los na sociedade com a finalidade de não perder as riquezas familiares. Além disso, havia o interesse da Igreja em praticar a 'caridade', promovendo a comunicação das PS's com Deus e o ensino dos sacramentos para que não perdessem a sua alma.

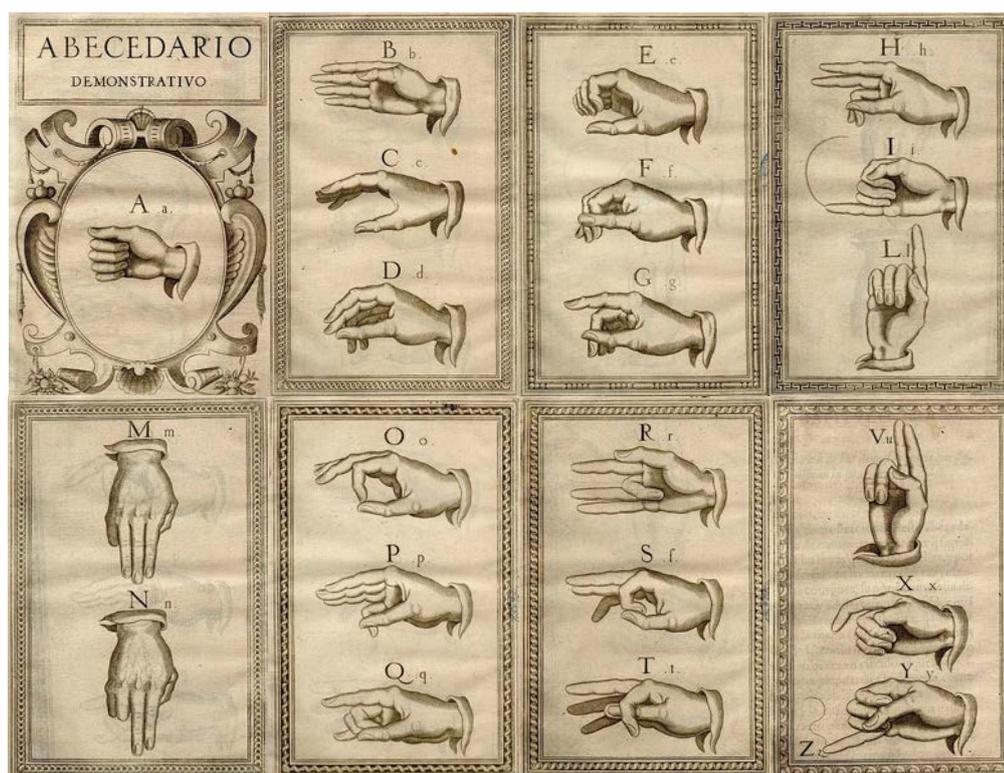
Já no século XVI, estudiosos diversos, como Cardano (1501-1576) que tinha interesse em ajudar seu filho surdo, desenvolveram pesquisas e descobriram que a escrita representava ideias e pensamentos, e não somente ideias faladas.

Além de Cardano, Ponce de Leon (1510-1584), monge Beneditino, usava sinais para se comunicar por conta de um voto de silêncio que havia feito na Espanha, em sua terra natal.

A língua de sinais foi originada a partir dessa comunicação proposta por Ponce de Leon junto a duas PS's de uma mesma família que passaram a viver no seu mosteiro. Leon dominava muitas ciências e seu trabalho foi reconhecido por toda a Europa, a ele conferiu-se o crédito da descoberta de que a PS era capaz de realizar atividades diversas, como qualquer ser humano, inclusive, a de raciocinar.

Após a descoberta de que a escrita não estava relacionada à audição de palavras, o padre Espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633) criou o alfabeto manual (ilustrado na Figura 1). Este sugeria que cada palavra fosse trocada por um símbolo visual:

Imagem 1 – Alfabeto de Juan Pablo Bonet



Fonte: Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos (Bonet, 1620). Disponível em: http://saber.sapo.cv/wiki/Juan_Pablo_Bonet. Acesso em: 04 out. 2012. (GNU Free Documentation License).

Além de Bonet, existiram outros pesquisadores, como Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780) e Johann Conrad Amman (1669-1724), que eram interessados na educação das PS's, mas o ápice desse interesse ocorreu no século XVI, em que

se descobriu que as famílias nobres pagavam fortunas para que educassem seus herdeiros com este tipo de deficiência.

Thomas Braidwood (1715-1806) foi o educador que criou um método, por meio do qual se deveria usar o alfabeto manual com as duas mãos. Este é, atualmente, usado em seu país. Os seus estudantes aprendiam palavras escritas, seu significado, sua pronúncia e a leitura orofacial. Braidwood fundou a primeira escola para as PS's na Grã-Bretanha, que mais tarde foi transferida para a Inglaterra. Um dos estudantes dessa escola, Kinniburg, multiplicava seu método.

Thomas Gallaudet (1787-1789) foi outro educador que, mais tarde, fundaria a primeira faculdade para as PS's, chamada atualmente de Universidade Gallaudet, localizada em Washington, nos Estados Unidos. O estudioso procurou Kinniburg para levar o método para os Estados Unidos, porém este não o aceitou. A Universidade Gallaudet foi fundada em 1864, em Washington. Gallaudet usou o método de l'EPée. Após anos de trabalho, ele viajou o mundo para verificar se o método, utilizado em sua instituição, estava adequado. Gallaudet voltou desta viagem apoiando o chamado método do oralismo e, nas próximas décadas, seria este o mais utilizado por todas as instituições de ensino para as pessoas surdas.

Houve também um professor considerado o "Pai dos Surdos", chamado Charles-Michel de L'Epée (1712-1789), o qual defendeu o uso da língua de sinais em detrimento do oralismo, método que obrigava as PS's a falarem oralmente. L'EPée fazia um trabalho filantrópico e para isso aprendeu a língua de sinais para comunicar-se com as PS's e ensiná-las. Para arrecadar dinheiro para sua instituição, fazia apresentações em praças públicas. Sua obra mais importante foi publicada em 1776, com o título "A Verdadeira Maneira de Instruir os Surdos-Mudos", esta obra continha regras sintáticas e também o alfabeto manual inventado pelo Pablo Bonnet. Tardiamente, essa obra seria concluída com a teoria de abade Roch-Ambroise Sicard (1742-1822).

A partir desses estudos, foi constatado que, ao longo dos séculos, as PS's passaram a ser consideradas iguais aos outros seres humanos, obtendo os mesmos direitos.

Apesar da evolução dada na Idade Moderna, a educação das PS's passou por sérias barreiras na Europa, onde vários pesquisadores, como Jean-Marc Itard (1775-1838), passaram a questionar a origem da surdez, fazendo experiências que torturavam as PS's, inclusive levando uma delas a óbito. Nos Estados Unidos, o

acesso das PS's à educação escolar foi mais difícil, uma vez que a metodologia de comunicação em sinais não chegara até os professores americanos.

Em 1878, em Paris, aconteceu o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos, onde se reuniu a maioria das Instituições de Língua de Sinais para discutir qual era o melhor método para se utilizar na educação das PS's. Definiu-se como sendo os mais adequados a leitura labial e os 'gestos'. Porém, em 1880, houve o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos em Milão, onde por votação escolheu-se o Oralismo (método de ensino através da fala) como melhor método para uso e ensino dos estudantes surdos. Nesse congresso, somente uma PS participou e não teve direito de votar.

A partir desse congresso foi proibido o uso de sinais na Europa e, conseqüentemente, em outros países do mundo. As instituições educacionais só se renderam à ideia de que a língua de sinais era o canal mais adequado para a educação das PS's após décadas e décadas de tentativas frustradas de ensiná-las através do Oralismo.

Após anos de proibição dos sinais, as PS's, que não conseguiam desenvolver nem mesmo o mínimo de fala, eram consideradas incapazes. Resultou disto a evasão escolar da maioria delas que optaram por trabalhar em atividades braçais. Somente no século XX, foi utilizado um novo método de ensino, chamado Comunicação Total, que fora criado para educar através dos sinais e, oralmente, ao mesmo tempo. Nesse método o professor ensina falando ao mesmo tempo nas duas modalidades: oral e sinalizada. Atualmente, usa-se o Bilinguismo que é o ensino por meio da língua mãe das PS's – língua de sinais – e, como segunda língua, fica a Portuguesa escrita, no caso do Brasil.

2 No Brasil

Em 1857, foi fundada a primeira escola para PS no Brasil, o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). Mas o acesso a essa instituição por muito tempo foi restrito, pois as meninas surdas não podiam frequentar o Instituto por serem consideradas tranquilas e obedientes às famílias. Assim, inicialmente o INES tornou-se uma escola somente para meninos.

Em 1880 o Congresso de Milão marcou a história no sentido de propor uma nova filosofia educacional baseada em mudanças ocorridas na Europa. Em

decorrência desse processo, no Brasil, o método combinado, que utilizava os sinais como o treinamento em língua oral, foi substituído pelo método oral puro - o Oralismo.

Os professores já existentes nas instituições foram substituídos, e os estudantes proibidos de usar sinais. A prática de amarrar as mãos das crianças para impedi-las de sinalizarem era comum nessa época. Mesmo assim, a língua de sinais sempre foi a preferida das comunidades surdas, por ser a maneira natural dessas pessoas se comunicarem.

No entanto, a partir de 1871, o INES continuou a funcionar como um centro de integração para o fortalecimento do desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma vez que o professor da instituição A. J. Moura e Silva observou que o Oralismo não servia para ensinar todas as PS's, e relatou isso ao governo que concordou em permitir que a escola usasse sinais. Nessa época, já tinham passado em média 18 estudantes pelo INES e esses estudantes surdos levaram consigo, de volta às cidades de origem, o aprendizado da Libras.

Nos dias atuais, a maioria das escolas de ensino regular brasileiras já possui uma proposta bilíngue, as que ainda não possuem, acabam atrapalhando o rendimento escolar dessas crianças, pois estas muitas ficam afastadas de sua cultura e criam sinais próprios, tornando-se marginalizadas.

Há ainda aquelas PS's que, por se acostumarem com o método oralista, só utilizam a Língua Portuguesa e quando tentam se comunicar com outra PS não conseguem, devido ao fato de terem se integrado à Cultura Surda tardiamente. Esse tipo de concepção não usa a Libras, mas um bimodalismo, ou seja, sinalizam e falam simultaneamente, como alguns ouvintes quando estão aprendendo alguma língua de sinais.

Mas ao contrário dessa situação, deve-se propor a valorização da Libras nas escolas regulares, onde professores e estudantes surdos poderão utilizá-la em todas as circunstâncias, podendo haver uma participação efetiva dessas pessoas na escola comum e, conseqüentemente, na sociedade.

Uma das diretrizes mais comentada a respeito da inclusão escolar dos Estudantes Público-alvo da Educação Especial, entre eles as PS's, é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2007, em que fica caracterizado que, tanto na rede pública quanto particular de ensino, os

espaços devem ser abertos e os sistemas de ensino preparados para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem com qualidade dessas pessoas.

O direito à educação já vem sendo demonstrado desde a Constituição Federal (1988) em seu artigo 205 (BRASIL, 2012b), no qual encontramos que: a educação é um direito de todos e dever do estado e da família. Especificamente sobre a inclusão das PS's, observa-se, na Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2012a), a proteção ao estudante surdo e a obrigatoriedade de todos os órgãos públicos e instituições de ensino de gerenciar recursos para atendê-los.

Essa lei é regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005 que permite a inclusão das PS's a partir de estratégias como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), citado no Capítulo IV (BRASIL, 2012c):

III - prover as escolas com:

- a) Ensino e uso da Libras;
 - b) Tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa;
 - c) Professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas;
 - d) Professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;
- IV – garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização.

O AEE está sendo implementado nas escolas por incentivo do Ministério da Educação (MEC) e, segundo Rosa (2006), o ambiente da escola comum deve proporcionar um espaço adequado para que o estudante surdo descubra a leitura, pois através dela esse estudante poderá interagir com os conteúdos das matérias escolares e de fato aprenderá, e compreenderá as peculiaridades da Língua Portuguesa. Assim, o AEE pode viabilizar que, por meio do emprego da Libras, o estudante surdo poderá ler e escrever textos em português que é o idioma considerado como sua segunda língua.

Com o incentivo da Lei 10.436/02, a Libras e outros recursos disponíveis podem melhorar os métodos de ensino das matérias escolares para estudantes surdos.

Além disso, a mesma lei disponibiliza espaço profissional aos intérpretes de Libras, tanto é que, atualmente, existe graduação Especializada em Sinais

(Letras/Libras fundada pela UFSC¹ em 2006). Porém, somente essas conquistas não são suficientes para efetivar a inclusão da PS e de sua cultura na sociedade.

As escolas públicas devem e podem usar a Libras como primeira língua dessas pessoas, além de utilizar métodos especializados. Para que o estudante surdo seja inserido na escola comum, deve ser educado em um ambiente bilíngue e com um professor que ministre aulas em sua língua, de preferência, um professor surdo. Também é ideal ter um trabalho de ensino da Libras, bem como de suas especificidades científicas, mediante um diagnóstico feito pelo professor bilíngue ou surdo de preferência e, finalmente, será realizado o ensino da Língua Portuguesa, por um professor graduado na área, de acordo com o conhecimento diagnosticado no estudante.

Conforme essas premissas, esperamos que o processo de escolarização, no contexto inclusivo brasileiro, seja efetivado, pois segundo Fachini (2009), as leis têm cumprido seu papel, mas a qualidade não se confirma quando são analisadas as condições oferecidas. E isso deve ser observado pelos educadores, mediante a responsabilidade de criar formas alternativas de ensino para todos os estudantes.

Se cada escola começar a rever seus procedimentos de ensino e buscar novos meios para incluir as PS's de fato, enfim conquistaremos sua inclusão na escola e na sociedade, dando suporte para o exercício da cidadania. Desse modo, essas pessoas poderão desfrutar dos benefícios a que têm direito, por meio desse processo histórico que resultou em sua inclusão.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 03 out. 2012a.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.shtm. Acesso em: 16 jul. 2012b.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 04 out. 2012c.

FACHINI, Sônia Regina Victorino. **Inclusão socioeducacional**. São Paulo: KnowHow, 2009.

ROSA, Fabiano Souto. **Literatura surda**: criação e produção de imagens e textos. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v.7, n.2, p.58-64, jun. 2006. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1629/1477>. Acesso em: 08 ago. 2012.

Bibliografia Básica Estudada

WIKIPÉDIA. Alfabeto manual. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_Pablo_Bonet. Acesso em: 04 out. 2012.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com surdez**. Brasília: SEESP MEC / SEED, 2007.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto**: Curso Básico. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPring Gráfica e Editora, 2007. (Livro estudante).

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Editora: Ciranda Cultural. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/scos/cap10150/5.html>. Acesso em: 19 maio 2012.